

Cardeal

Tempesta

14º Domingo

do Tempo

Comum

PÁGINA 5

PETROBRAS

Investimentos

reforçam

segurança

energética

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, disse nesta sexta-feira que os investimentos de mais de R\$ 33 bilhões anunciados pela Petrobras, nas áreas de refino e petroquímica no estado do Rio de Janeiro, vão reforçar a segurança energética do país, reduzir a dependência de importações e garantir o abastecimento com menor impacto para a população. Silveira participou, ao lado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, da cerimônia promovida pela Petrobras para anunciar os recursos, na Refinaria Duque de Caxias (Reduc), no Rio de Janeiro. “Podemos, queremos e estamos ampliando o refino do nosso petróleo aqui no Brasil. Isso é segurança de suprimento e soberania energética.”

PÁGINA 2

IVAN BLAZ

Denúncia

contra tenente

coronel é

aceita pelo TJ

A auditoria da Justiça Militar do Tribunal de Justiça do Estado do RJ aceitou a denúncia do Ministério Público contra o tenente-coronel Ivan Blaz, ex-portavoz da PM, acusado de violação domicílio e constrangimento ilegal. Ao aceitar a denúncia, o oficial superior da PM passa a ser formalmente processado pela Justiça e passa à condição de réu no processo judicial. Em janeiro deste ano, o oficial invadiu um prédio na Rua Rui Barbosa, no Flamengo, que segundo alegou, seria para prender o traficante Álvaro Malaquias Santa Rosa, o Peixão, do Complexo de Israel, na zona norte, que conforme denúncia anônima, supostamente estaria no prédio”. Na época, Blaz foi exonerado do cargo de comandante do 2º batalhão.

ATAQUE CIBERNÉTICO

BC suspende três instituições do Pix

O Banco Central (BC) suspendeu cautelarmente do Pix três instituições financeiras suspeitas de ter recebido recursos desviados no ataque cibernético contra a provedora de serviços tecnológicos C&M Software. Foram desconectadas do sistema a Transfeera, a Soffy e a Nuoro Pay. O BC vai apurar se as três empresas têm relação com o ataque, que desviou recursos de contas que os bancos mantêm como reserva na autoridade monetária. A Empresa Brasil de Comunica-

ção (EBC) confirmou que pelo menos R\$ 400 milhões foram desviados. Com duração máxima de 60 dias, a suspensão é prevista pelo Artigo 95-A da Resolução 30 do Banco Central, de outubro de 2020, que regulamentou o Pix. Pela resolução, o BC pode “suspender cautelarmente, a qualquer tempo, a participação no Pix do participante cuja conduta esteja colocando em risco o regular funcionamento do arranjo de pagamentos”.

PÁGINA 2

MDIC

Ministério revisa para baixo

projeção da balança comercial

FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL



A queda no preço das commodities (bens primários com cotação internacional) e o crescimento da economia brasileira fizeram o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) revisar para baixo a projeção de superávit comercial (exportações menos importações) em 2025. A estimativa caiu de US\$ 70,2 bilhões para US\$ 50,4 bilhões. A projeção é atualizada a cada três meses. Caso se confirme, o superávit será 32% menor que o saldo positivo de US\$ 74,2 bilhões registrado em 2024. A estimativa apresentada em abril não contemplava as políticas tarifárias do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, nem as retaliações da China, que impactam o comércio global."A gente vê uma leve queda de exportações no primeiro semestre, motivadas por preços menores. E o valor é sustentado por volume. A demanda mundial vem se enfraquecendo, isso vem afetando o preço das commodities”, disse o diretor do Departamento de Estatísticas e Estudos de Comércio Exterior do MDIC, Herlon Brandão (**foto**). Brandão também explicou que o Brasil está aproveitando o crescimento econômico para importar mais, principalmente bens de capitais, máquinas e equipamentos usados na produção. “Por outro lado, a economia brasileira continua crescendo, continua demandando insumos e bens de capital importados, o que deve resultar nesse saldo comercial de US\$ 50 bilhões”, afirmou.

PÁGINA 2

IMPOSTO

JOSE CRUZ/ABRASIL



AGU vai mostrar

ao STF que decreto

do IOF é legal

O advogado-geral da União, Jorge Messias (**foto**), disse nesta sexta-feira que o governo federal vai demonstrar ao Supremo Tribunal Federal (STF) que o decreto editado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para aumentar as alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) está de acordo com a Constituição. A manifestação de Messias ocorreu após o ministro Alexandre de Moraes decidir levar o caso para conciliação e suspender o decreto de Lula e a deliberação da Câmara dos Deputados e do Senado que derrubou o ato do presidente. O advogado-geral declarou que reconhece a proposta de diálogo institucional promovida pelo ministro do Supremo Tribunal Federal.

PÁGINA 5

INDICADORES																			
IBOVESPA 1,35% / 140.927,86 / 1.876,93 / Volume: 16.562.998.844 / Negócios: 3.062.752									Bolsas no mundo			Salário mínimo	R\$ 1.412,00	GP-M	-1,65% (jun.)	EURO turismo			
Mais Negociados			Majores Altas			Majores Baixas			Fechamento			%	Ufir-RJ	R\$ 4,5373	IPCA-15	0,26% (jun.)	Compra: 6,4464	Venda: 6,6264	
	Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.								
BRADESCO PN EJ N1	16,75	+2,38	+0,39	EMAE ON	150,02	+114,31	+80,02	SANTANENSE ON	2,61	-36,03	-1,47	Dow Jones	44.828,53	+0,77					
B3 ON EJ NM	14,62	+1,18	+0,17	ARMAC ON NM	3,680	+24,75	+0,70	CEED ON	7,21	-18,99	-1,69	S&P 500	6.279,35	+0,83					
BRASIL ON NM	22,30	+1,41	+0,31	DTCOM.DIRECTON	3,28	+17,14	+0,48	COELBA PNA	38,99	-15,22	-7,00	NASDAQ Composite	20.601,101	+1,02					
MAGAZINE LUIZA ON NM	9,19	+1,32	+0,12	JOSAPAR ON	22,00	+9,40	+1,89	PDG REALT ON NM	0,24	-7,69	-0,02	Nasdaq 100	12.866,97	+0,99	0,1718%				
COGNA ON ON NM	2,92	+2,46	+0,07	CEMEPE PN	4,00	+8,11	+0,30	COELCE ON	26,51	-6,65	-1,89	Euronext 100	1.581,23	+0,25					
												CAC 40	7.754,55	+0,21					
														Taxa Selic	15%	CDI	14,90%	DÓLAR Ptax - BC	
														TR	(18/06)	(18/06)		Ouro	
														(04/07)	0,1718%	BM&F/grama/RJ	R\$ 579,30	Dólar comercial	
														Poupança		EURO Comercial		Dólar turismo	
														(04/07)	0,6727%	Compra: 6,3490	Venda: 6,3496	Compra: 5,4416	Venda: 5,6216

MERCADOS

Bolsa sobe 0,24% em nova máxima, a 141,2 mil pontos

Pelo segundo dia seguido, mas com volume ainda mais fraco pelo feriado da Independência dos Estados Unidos, sem negócios em Nova York, após sessão mais curta nos mercados de lá, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) renovou máximas históricas, tanto durante a sessão como no fechamento desta sexta-feira. No intradia, alcançou os 141 563,85 pontos e, no encerramento, mostrava alta de 0,24%, aos 141.263,56 pontos, com giro muito reduzido, a R\$ 9,01 bilhões.

Na semana, o Ibovespa (Índice Bovespa) acumulou alta de 3,21%, no que foi seu melhor desempenho desde a semana entre 22 e 25 de abril, quando em quatro sessões havia agregado 3,93%. Além disso, o índice da Bolsa interrompeu sequência de duas semanas no campo negativo, de leves retrações (-0,18% na passada e -0,07%). As máximas vistas nas duas últimas sessões do intervalo conduzem, agora, o Ibovespa a ganho de 17,44% no ano - nesta abertura de julho, mostra avanço de 1,73% no mês.

Na semana, Vale ON, a principal ação da carteira Ibovespa,

acumulou ganho de 4,15%, e Petrobras também teve alta próxima de 4% na ON (+3,99%; PN +2,92%). Nesta sexta, com liquidez muito reduzida pelo feriado em Nova York, os carros-chefes das commodities mostraram variação discreta, com a mineradora em leve alta de 0,29% e os papéis da petrolífera em alta de 0,11%, na ON, e queda de 0,12%, na PN. Os grandes bancos tiveram desempenho misto, entre perda de 0,31% (Santander Unit) e ganho de 0,58% (Banco do Brasil ON). Na ponta positiva na sessão, BRF (+3,44%), Vibra (+2,68%), MRV (+2,11%) e Hapvida (+1,89%). No lado oposto, Engie (-5,16%), Yduqs (-1,27%) e Vamos (-1,24%).

DÓLAR

O dólar se firmou em alta no mercado local ao longo da tarde, em sintonia com o fortalecimento da moeda americana em relação a divisas emergentes pares do real, à exceção do peso mexicano, em dia de baixa do petróleo. Com máxima a R\$ 5,4263, na reta final dos negócios, o dólar à vista fechou a R\$ 5,248, avanço de 0,37%. Na semana, acumulou queda de 1,06%.

R\$ 33 BILHÕES

Investimentos da Petrobras reforçam segurança energética

ANA CRISTINA CAMPOS/ABRASIL

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, disse nesta sexta-feira que os investimentos de mais de R\$ 33 bilhões anunciados pela Petrobras, nas áreas de refino e petroquímica no estado do Rio de Janeiro, vão reforçar a segurança energética do país, reduzir a dependência de importações e garantir o abastecimento com menor impacto para a população.

Silveira participou, ao lado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, da cerimônia promovida pela Petrobras para anunciar os recursos, na Refinaria Duque de Caxias (Reduc), no Rio de Janeiro.

“Podemos, queremos e estamos ampliando o refino do nosso petróleo aqui no Brasil. Isso é segurança de suprimento e soberania energética. Nossas refinarias diminuem o preço do combustível e economizam o dinheiro de todos, têm impacto na inflação, no preço do alimento que chega à mesa do trabalhador e em toda a economia”, afirmou Silveira.

O ministro destacou também o potencial do Brasil na produção de combustíveis sustentáveis para a aviação. “Nos próximos meses, a Reduc começará a produzir 50 mil metros cúbicos por mês de SAF [combustível sustentável de aviação] com conteúdo renovável.

O Brasil está saindo na frente, sendo um dos principais fornecedores de SAF do mundo. Isso é fruto da Lei do

Combustível do Futuro, que aprovamos no ano passado”, destacou.

A Petrobras já concluiu os testes de produção de SAF com até 1,2% de óleo técnico de milho e recebeu autorização da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) para iniciar a produção comercial.

Também foram anunciadas a ampliação da capacidade produtiva de Diesel S10 da Reduc em 76 mil barris por dia, a construção de uma nova central termoeletrica voltada à eficiência energética e a implantação de uma planta dedicada ao SAF 100% renovável no Complexo de Energias Boaventura, em Itaboraí, no Rio. Somente essas três iniciativas somam mais de R\$ 27 bilhões em investimentos.

A presidente da Petrobras, Magda Chambriard, afirmou que, nos últimos 12 meses, os tributos pagos pela companhia para União, estados e municípios somaram R\$ 270 bilhões. Ela também destacou que a companhia garante a segurança energética do país ao entregar 31% de toda a energia primária do Brasil.

“Ao longo do último ano, produzimos 900 milhões de barris de petróleo e conseguimos repor todas essas reservas. Ao longo dos próximos anos, vamos produzir mais ainda. O desafio é repor essas reservas. A Petrobras fez do Brasil um dos dez maiores produtores e exportadores de petróleo do mundo”, disse Magda.

MDIC

WELTON MÁXIMO/ABRASIL

A queda no preço das commodities (bens primários com cotação internacional) e o crescimento da economia brasileira fizeram o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) revisar para baixo a projeção de superávit comercial (exportações menos importações) em 2025. A estimativa caiu de US\$ 70,2 bilhões para US\$ 50,4 bilhões.

A projeção é atualizada a cada três meses. Caso se confir-

me, o superávit será 32% menor que o saldo positivo de US\$ 74,2 bilhões registrado em 2024. A estimativa apresentada em abril não contemplava as políticas tarifárias do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, nem as retaliações da China, que impactam o comércio global.

“A gente vê uma leve queda de exportações no primeiro semestre, motivadas por preços menores. E o valor é sustentado por volume. A demanda mundial vem se enfraquecendo, isso vem afetando o preço das com-

INVESTIGAÇÃO

BC suspende três instituições do Pix após ataque cibernético

WELTON MÁXIMO/ABRASIL

O Banco Central (BC) suspendeu cautelarmente do Pix três instituições financeiras suspeitas de ter recebido recursos desviados no ataque cibernético contra a provedora de serviços tecnológicos C&M Software. Foram desconectadas do sistema a Transfeera, a Soffy e a Nuoro Pay.

O BC vai apurar se as três empresas têm relação com o ataque, que desviou recursos de contas que os bancos mantêm como reserva na autoridade monetária. A Empresa Brasil de Comunicação (EBC) confirmou que pelo menos R\$ 400 milhões foram desviados.

Com duração máxima de 60 dias, a suspensão é prevista pelo Artigo 95-A da Resolução 30 do Banco Central, de outubro de 2020, que regulamentou o Pix. Pela resolução, o BC pode “suspender cautelarmente, a qualquer tempo, a participação no

Pix do participante cuja conduta esteja colocando em risco o regular funcionamento do arranjo de pagamentos”.

Sociedade de capital fechado autorizada pelo Banco Central, a Transfeera confirmou que a funcionalidade do Pix foi suspensa. No entanto, a companhia, que atua na gestão financeira de empresas, ressaltou que os demais serviços oferecidos continuam a funcionar normalmente.

“Nossa instituição, tampouco nossos clientes, foram afetados pelo incidente noticiado no início da semana e estamos colaborando com as autoridades para liberação da funcionalidade de pagamento instantâneo”, destacou a companhia em nota.

As outras duas instituições suspensas do Pix são as *fin-techs* (empresas financeiras digitais) Soffy e Nuoro Pay. As companhias não são autorizadas pelo BC a fazer parte do Pix, mas

CVM

JULIANA GARÇON/AE

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) divulgou nesta sexta-feira, uma lista de nove companhias abertas consideradas inadimplentes, por não terem enviado à autarquia, há no mínimo três meses, pelo menos um dos seguintes documentos

periódicos: formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP), formulário de Informações Trimestrais (ITR) ou formulário de Referência (FRE)

Na lista constam as companhias abertas que não apresentaram, até hoje, os documentos, com vencimento de entrega anterior a 3 de abril de 2025. São elas: BBM Logística S.A.; Bombril S.A. - Em recuperação judicial; Cia Tecidos Santanense - Em recuperação judicial; Reag Capital Holding S.A.; Reag Investimentos S.A.; Rossi Residencial S.A. - Em recuperação judicial; SPE Novo Norte Aeroportos S.A.; Sugoí - S.A.; e Teka Tecela-

RECADO AO CONGRESSO

Lula defende isenção de IR até R\$ 5 mil e taxaçoão de super-ricos

GABRIEL DE SOUSA E NAOMI MATSUI/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a defender nesta sexta-feira, o projeto que aumenta a isenção de imposto de

renda para quem ganha até R\$ 5 mil e disse que “as pessoas não querem ceder”.

“Decidimos que 141 mil pessoas que ganham mais de R\$ 1 milhão paguem um pouco mais. Não é justo. Não tiramos de nin-

modities”, disse o diretor do Departamento de Estatísticas e Estudos de Comércio Exterior do MDIC, Herlon Brandão.

Brandão também explicou que o Brasil está aproveitando o crescimento econômico para importar mais, principalmente bens de capitais, máquinas e equipamentos usados na produção. “Por outro lado, a economia brasileira continua crescendo, continua demandando insumos e bens de capital importados, o que deve resultar nesse saldo comercial de US\$ 50 bilhões”, afirmou.

As importações crescerão bem mais que as exportações neste ano. O governo projeta exportar US\$ 341,9 bilhões em 2025, com alta de 1,5% em relação aos US\$ 337 bilhões exportados pelo país ano passado. Em contrapartida, as importações deverão atingir US\$ 291,5 bilhões, avanço de 10,9% em relação aos US\$ 262,9 bilhões comprados do exterior em 2024.

Na comparação com a projeção anterior, divulgada em abril, as exportações caíram US\$ 11,2 bilhões. A previsão para as importações subiu US\$ 8,6 bilhões.

participam do sistema instantâneo de transferências em parcerias com outras instituições financeiras. Nenhuma das duas empresas se manifestou até o fechamento da reportagem.

JUSTIFICATIVA

Segundo o Banco Central, a suspensão das instituições do Pix tem como objetivo proteger a integridade do sistema de pagamentos e garantir a segurança do arranjo, até que as investigações sobre o desvio de recursos do sistema financeiro sejam concluídas.

ENTENDA O ATAQUE

Na noite de terça-feira passada, um ataque cibernético nos sistemas da empresa C&M Software, que presta serviços tecnológicos a instituições financeiras, resultou no desvio de recursos de contas reservas que os bancos mantêm no BC para cumprirem exigências legais. O

dinheiro foi transferido por Pix e convertido em criptomoedas.

Embora não opere transações financeiras, a C&M conecta várias instituições financeiras ao Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), operado pelo Banco Central. Na última quinta-feira, o BC autorizou a empresa alvo do ataque a retomar as operações Pix.

A Polícia Federal, a Polícia Civil de São Paulo e o Banco Central investigam o caso. Em comunicado na página da companhia na internet, a C&M informou que nenhum dado de cliente foi vazado.

Nesta sexta-feira, a Polícia Civil de São Paulo prendeu um funcionário da C&M que recebeu R\$ 15 mil para dar aos criminosos acesso aos sistemas da empresa. O suspeito confessou ter fornecido a senha de acesso R\$ 5 mil e ter recebido mais R\$ 10 mil para criar um sistema de acesso aos *hackers*.

gem Kuehnrich S.A. - Em recuperação judicial.

Não fazem parte da lista as companhias que estejam, segundo o cadastro da CVM, em situação de falência ou liquidação, bem como aquelas que estão com o registro suspenso, nos termos da Resolução CVM 80.

O presidente disse que sua intenção inicial era que a isenção fosse para até 5 salários mínimos e que há resistência à proposta, que tramita atualmente na Câmara.

“É duro é que as pessoas não querem ceder. Quem tem privilégio não quer abrir mão do privilégio”, falou.

Além do presidente, participaram do evento o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, e a presidente da Petrobras, Magda Chambriard, além de outras autoridades.



Manhã

Tarde

Noite

20°

10°

5%

06:50

17:31

INVERNO: Sol com nevoeiro ao amanhecer. Muitas nuvens à noite.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª E 2ª SÉRIES DA 48ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª e 2ª séries da 48ª Emissão da **CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**, sociedade por ações com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, Bairro Jardim Paulista, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizedora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 12 do *Termo de Securitização de Créditos Imobiliários das 1ª e 2ª Séries da 48ª Emissão da Canal Companhia de Securitização de Certificados de Recebíveis Imobiliários Devidos pela Galápagos Capital Investimentos e Participações LTDA* ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 23 de julho de 2025, às 11:45 horas, e em caso de não instalação, em 2ª (segunda) convocação no dia 31 de julho de 2025, às 11:45 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia Especial de será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRI, conforme previsto neste edital. A Assembleia Especial será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (I) Examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado referente ao exercício financeiro findo em 31 de março de 2025; (II) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Informamos aos Titulares dos CRI, conforme previsto no §2º, do artigo 25, da Resolução CVM 60, que serão automaticamente aprovadas as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada, caso a Assembleia Especial não seja instalada, inclusive em segunda convocação, em virtude do não comparecimento de quaisquer investidores. **Instruções Gerais:** A Assembleia Especial será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial de Investidores dos CRI para o e-mail agente.fiduciario@vortx.com.br e mf.vortx@vortx.com.br, com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial de Investidores dos CRI – CRI GALÁPAGOS 48", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial de Investidores dos CRI. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores dos CRI. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 03 de julho de 2025. **Nathalia Machado Loureiro** - Diretora de Securitização

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA SÉRIE ÚNICA DA 43ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da Série Única da 43ª Emissão da **CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, São Paulo/SP, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizedora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o *Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da Série Única da 43ª (Quadrágésima Terceira) Emissão da Canal Companhia de Securitização* ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunir-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia Especial"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 23 de julho de 2025, às 10:15 horas, e em caso de não instalação, em 2ª (segunda) convocação no dia 31 de julho de 2025, às 10:15 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia Especial será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital *Microsoft Teams*, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRI, conforme previsto neste edital. A Assembleia Especial será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (I) Examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado referente ao exercício financeiro findo em 31 de março de 2025; e (II) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Informamos aos Titulares dos CRI, conforme previsto no §2º, do artigo 25, da Resolução CVM 60, que serão automaticamente aprovadas as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada, caso a Assembleia Especial não seja instalada, inclusive em segunda convocação, em virtude do não comparecimento de quaisquer investidores. **Instruções Gerais:** A Assembleia Especial será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail mf.assembleias@vortxinvestments.com.br, com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial - CRI EMBRAD 43", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso quaisquer dos Titulares dos CRI indicados nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 03 de julho de 2025. **Nathalia Machado Loureiro** - Diretora de Securitização

SÃO JERÔNIMO

Escultura restaurada ganha exposição em SP

Está em cartaz a exposição da escultura de São Jerônimo, restaurada numa ação conjunta do Acervo dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo e do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN), uma das unidades técnico-científicas vinculadas à Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN). A escultura foi restaurada por meio de técnica inédita no Brasil que utiliza radiação ionizante. A mostra é fruto da parceria de mais de 18 anos entre o Governo de São Paulo e o IPEN.

A cerimônia de abertura da exposição contou com a presença do secretário-executivo da Casa Civil do Estado de São Paulo, Fraide Sales, de representantes do Acervo dos Palácios do Governo de SP e da equipe científica do IPEN.

“Essa é uma combinação poderosa: ciência de ponta sendo aplicada à preservação do nosso passado. A tecnologia usada aqui tem potencial para restaurar não só outras obras do nosso acervo paulista, mas também de museus e instituições em todo o país e até fora dele”, reforça Sales. “É uma alegria enorme ter aqui São Jerônimo, símbolo da erudição e do conhecimento, exposto em uma instituição científica como o IPEN. Essa união entre ciência, tecnologia e cultura nos enche de orgulho”, afirmou a diretora e superintendente do IPEN, Isolda Costa.

A escultura, que representa o patrono dos bibliotecários, foi instalada na Biblioteca Terrezine Arantes Ferraz, no Bloco A do IPEN.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS, EM SÉRIE ÚNICA, DA 101ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários, em Série Única, da 101ª Emissão da **CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, São Paulo/SP, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizedora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o *Termo de Securitização de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 101ª Emissão, Em Série Única, da Canal Companhia de Securitização* ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunir-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia Especial"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 23 de julho de 2025, às 10:00 horas, e em caso de não instalação, em 2ª (segunda) convocação no dia 31 de julho de 2025, às 10:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia Especial de será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital *Microsoft Teams*, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRI, conforme previsto neste edital. A Assembleia Especial será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (I) Examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado referente ao exercício financeiro findo em 31 de março de 2025; e (II) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Informamos aos Titulares dos CRI, conforme previsto no §2º, do artigo 25, da Resolução CVM 60, que serão automaticamente aprovadas as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada, caso a Assembleia Especial não seja instalada, inclusive em segunda convocação, em virtude do não comparecimento de quaisquer investidores. **Instruções Gerais:** A Assembleia Especial será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail agente.fiduciario@soltdom.com, com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial - CRI BODYTECH 101", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso quaisquer dos Titulares dos CRI indicados nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>); nas páginas do Agente Fiduciário (<https://www.soltdom.com/ agente-fiduciario>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 03 de julho de 2025. **Nathalia Machado Loureiro** - Diretora de Securitização

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO, EM 2 (DUAS) SÉRIES, DA 103ª (CENTÉSIMA TERCEIRA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Agronegócio da 1ª e 2ª Séries da 103ª Emissão da **CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima 1234, 4º andar, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizedora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 14 do *Termo de Securitização da 1ª (Primeira) e da 2ª (Segunda) Séries da 103ª (centésima terceira) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Notas Comerciais Escriturais devidas pela Prime Agro Produtos Agrícolas Ltda* ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunir-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), em 1ª primeira convocação, a realizar-se no dia 23 de julho de 2025, às 11:15 horas, e em caso de não instalação, em 2ª (segunda) convocação no dia 31 de julho de 2025, às 11:15 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (I) Examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado referente ao exercício financeiro findo em 31 de março de 2025; e (II) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. **Instruções Gerais:** A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail mf.assembleias@vortxinvestments.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT – CRA Prime Agro (103)", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRA indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares de CRA poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRA, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 03 de julho de 2025. **Nathalia Machado Loureiro** - Diretora de Securitização

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 115ª (CENTÉSIMA EMISSÃO, EM SÉRIE ÚNICA, DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários DA 115ª (Centésima Décima Quinta) Emissão, Em Série Única, Da Canal Companhia De Securitização, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, São Paulo/SP, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizedora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o *Termo de Securitização de Créditos Imobiliários, Em Série Única, Da 115ª (Centésima Décima Quinta) Emissão Da Canal Securitizadora S.A. Lastreados Em Créditos Imobiliários Devidos Pela FGR Incorporações Jardins Berlin SP EIRELI* ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunir-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia Especial"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 23 de julho de 2025, às 10:45 horas, e em caso de não instalação, em 2ª (segunda) convocação no dia 31 de julho de 2025, às 10:45 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia Especial será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital *Microsoft Teams*, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRI, conforme previsto neste edital. A Assembleia Especial será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (I) Examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado referente ao exercício financeiro findo em 31 de março de 2025; e (II) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Informamos aos Titulares dos CRI, conforme previsto no §2º, do artigo 25, da Resolução CVM 60, que serão automaticamente aprovadas as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada, caso a Assembleia Especial não seja instalada, inclusive em segunda convocação, em virtude do não comparecimento de quaisquer investidores. **Instruções Gerais:** A Assembleia Especial será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail mf.assembleias@vortxinvestments.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial - CRI FGR 115", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso quaisquer dos Titulares dos CRI indicados nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 03 de julho de 2025. **Nathalia Machado Loureiro** - Diretora de Securitização

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 35.300.576.535

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA ESPECIAL DE INVESTIDORES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DAS 1ª (PRIMEIRA) E 2ª (SEGUNDA) SÉRIES DA 41ª (QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO LASTREADOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO DEVIDOS POR AGRO NORTE PESQUISA E SEMENTES LTDA.

Ficam convocados os senhores titulares de certificados de recebíveis do agronegócio das 1ª (primeira) e 2ª (segunda) Séries da 41ª (quadrágésima primeira) emissão da Canal Companhia de Securitização, companhia securitizadora com registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") sob o nº 84, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1234, 4º andar, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19 ("Emissão", "CRI", "Emissão" e "Securitizedora" ou "Emissora", respectivamente), e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, sociedade por ações, com filial situada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 12.901, 11º andar, conjunto 1.101 e 1.102 parte, Bloco A, Torre Norte, Brooklin Paulista, CEP 04.578-919, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0004-34, na qualidade de agente fiduciário dos CRA ("Agente Fiduciário"), em atenção ao disposto no "Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª (primeira) e 2ª (segunda) Séries da 41ª (Quadrágésima Primeira) Emissão da Canal Companhia de Securitização Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio Devidos por Agro Norte Pesquisa e Sementes Ltda.", celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário em 28 de março de 2023, conforme aditado de tempos em tempos ("Termo de Securitização"), a participação na Assembleia Especial de Investidores (conforme definida no Termo de Securitização), a ser realizada, em primeira convocação, em 23 de julho de 2025, às 16h, de modo exclusivamente digital, inclusive, para a fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial, realizada por meio da plataforma "Microsoft Teams", nos termos da Resolução da CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme alterada ("Resolução CVM nº 60" e "Assembleia", respectivamente), para examinar, discutir e deliberar sobre as seguintes ordens do Dia: (i) aprovar a liberação da alienação fiduciária em garantia constituída pela RUA Agro Norte Pesquisa e Sementes Ltda., sociedade limitada, com sede na cidade de São Paulo, estado do Mato Grosso, na Rua Colonizadora Olmo Pipino, nº 21.056, Lote 11-8, Sala B, Lida-Zona Rural, CEP 78.559-899, inscrita no CNPJ sob o nº 03.503.798/0001-82 ("Devedor") em favor da Emissora sobre o imóvel objeto da matrícula nº 8.085 do 1º Serviço Registral da Comarca de Alta Flandia, estado de Mato Grosso, constituída por meio do "Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia e Outras Avenças", celebrado em 01 de agosto de 2023 entre o Devedor e a Emissora, conforme aditado de tempos em tempos ("Contrato de Alienação Fiduciária do Imóvel Sinop"), em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia e Outras Avenças", celebrado em 01 de agosto de 2023 entre o Devedor e a Emissora, conforme aditado de tempos em tempos ("Contrato de Alienação Fiduciária do Imóvel Sinop"), em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia e Outras Avenças", celebrado em 01 de agosto de 2023 entre o Devedor e a Emissora, conforme aditado de tempos em tempos ("Contrato de Alienação Fiduciária do Imóvel Sinop"), em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia e Outras Avenças", celebrado em 01 de agosto de 2023 entre o Devedor e a Emissora, conforme aditado de tempos em tempos ("Contrato de Alienação Fiduciária do Imóvel Sinop"), em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia e Outras Avenças", celebrado em 01 de agosto de 2023 entre o Devedor e a Emissora, conforme aditado de tempos em tempos ("Contrato de Alienação Fiduciária do Imóvel Sinop"), em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia e Outras Avenças", celebrado em 01 de agosto de 2023 entre o Devedor e a Emissora, conforme aditado de tempos em tempos ("Contrato de Alienação Fiduciária do Imóvel Sinop"), em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia e Outras Avenças", celebrado em 01 de agosto de 2023 entre o Devedor e a Emissora, conforme aditado de tempos em tempos ("Contrato de Alienação Fiduciária do Imóvel Sinop"), em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia e Outras Avenças", celebrado em 01 de agosto de 2023 entre o Devedor e a Emissora, conforme aditado de tempos em tempos ("Contrato de Alienação Fiduciária do Imóvel Sinop"), em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia e Outras Avenças", celebrado em 01 de agosto de 2023 entre o Devedor e a Emissora, conforme aditado de tempos em tempos ("Contrato de Alienação Fiduciária do Imóvel Sinop"), em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia e Outras Avenças", celebrado em 01 de agosto de 2023 entre o Devedor e a Emissora, conforme aditado de tempos em tempos ("Contrato de Alienação Fiduciária do Imóvel Sinop"), em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia e Outras Avenças", celebrado em 01 de agosto de 2023 entre o Devedor e a Emissora, conforme aditado de tempos em tempos ("Contrato de Alienação Fiduciária do Imóvel Sinop"), em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia e Outras Avenças", celebrado em 01 de agosto de 2023 entre o Devedor e a Emissora, conforme aditado de tempos em tempos ("Contrato de Alienação Fiduciária do Imóvel Sinop"), em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia e Outras Avenças", celebrado em 01 de agosto de 2023 entre o Devedor e a Emissora, conforme aditado de tempos em tempos ("Contrato de Alienação Fiduciária do Imóvel Sinop"), em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia e Outras Avenças", celebrado em 01 de agosto de 2023 entre o Devedor e a Emissora, conforme aditado de tempos em tempos ("Contrato de Alienação Fiduciária do Imóvel Sinop"), em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia e Outras Avenças", celebrado em 01 de agosto de 2023 entre o Devedor e a Emissora, conforme aditado de tempos em tempos ("Contrato de Alienação Fiduciária do Imóvel Sinop"), em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia e Outras Avenças", celebrado em 01 de agosto de 2023 entre o Devedor e a Emissora, conforme aditado de tempos em tempos ("Contrato de Alienação Fiduciária do Imóvel Sinop"), em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia e Outras Avenças", celebrado em 01 de agosto de 2023 entre o Devedor e a Emissora, conforme aditado de tempos em tempos ("Contrato de Alienação Fiduciária do Imóvel Sinop"), em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia e Outras Avenças", celebrado em 01 de agosto de 2023 entre o Devedor e a Emissora, conforme aditado de tempos em tempos ("Contrato de Alienação Fiduciária do Imóvel Sinop"), em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia e Outras Avenças", celebrado em 01 de agosto de 2023 entre o Devedor e a Emissora, conforme aditado de tempos em tempos ("Contrato de Alienação Fiduciária do Imóvel Sinop"), em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia e Outras Avenças", celebrado em 01 de agosto de 2023 entre o Devedor e a Emissora, conforme aditado de tempos em tempos ("Contrato de Alienação Fiduciária do Imóvel Sinop"), em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia e Outras Avenças", celebrado em 01 de agosto de 2023 entre o Devedor e a Emissora, conforme aditado de tempos em tempos ("Contrato de Alienação Fiduciária do Imóvel Sinop"), em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia e Outras Avenças", celebrado em 01 de agosto de 2023 entre o Devedor e a Emissora, conforme aditado de tempos em tempos ("Contrato de Alienação Fiduciária do Imóvel Sinop"), em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia e Outras Avenças", celebrado em 01 de agosto de 2023 entre o Devedor e a Emissora, conforme aditado de tempos em tempos ("Contrato de Alienação Fiduciária do Imóvel Sinop"), em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia e Outras Avenças", celebrado em 01 de agosto de 2023 entre o Devedor e a Emissora, conforme aditado de tempos em tempos ("Contrato de Alienação Fiduciária do Imóvel Sinop"), em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia e Outras Avenças", celebrado em 01 de agosto de 2023 entre o Devedor e a Emissora, conforme aditado de tempos em tempos ("Contrato de Alienação Fiduciária do Imóvel Sinop"), em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia e Outras Avenças", celebrado em 01 de agosto de 2023 entre o Devedor e a Emissora, conforme aditado de tempos em tempos ("Contrato de Alienação Fiduciária do Imóvel Sinop"), em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia e Outras Avenças", celebrado em 01 de agosto de 2023 entre o Devedor e a Emissora, conforme aditado de tempos em tempos ("Contrato de Alienação Fiduciária do Imóvel Sinop"), em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia e Outras Avenças", celebrado em 01 de agosto de 2023 entre o Devedor e a Emissora, conforme aditado de tempos em tempos ("Contrato de Alienação Fiduciária do Imóvel Sinop"), em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia e Outras Avenças", celebrado em 01 de agosto de 2023 entre o Devedor e a Emissora, conforme aditado de tempos em tempos ("Contrato de Alienação Fiduciária do Imóvel Sinop"), em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia e Outras Avenças", celebrado em 01 de agosto de 2023 entre o Devedor e a Emissora, conforme aditado de tempos em tempos ("Contrato de Alienação Fiduciária do Imóvel Sinop"), em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia e Outras Avenças", celebrado em 01 de agosto de 2023 entre o Devedor e a Emissora, conforme aditado de tempos em tempos ("Contrato de Alienação Fiduciária do Imóvel Sinop"), em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia e Outras Avenças", celebrado em 01 de agosto de 2023 entre o Devedor e a Emissora, conforme aditado de tempos em tempos ("Contrato de Alienação Fiduciária do Imóvel Sinop"), em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia e Outras Avenças", celebrado em 01 de agosto de 2023 entre o Devedor e a Emissora, conforme aditado de tempos em tempos ("Contrato de Alienação Fiduciária do Imóvel Sinop"), em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia e Outras Avenças", celebrado em 01 de agosto de 2023 entre o Devedor e a Emissora, conforme aditado de tempos em tempos ("Contrato de Alienação Fiduciária do Imóvel Sinop"), em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia e Outras Avenças", celebrado em 01 de agosto de 2023 entre o Devedor e a Emissora, conforme aditado de tempos em tempos ("Contrato de Alienação Fiduciária do Imóvel Sinop"), em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia e Outras Avenças", celebrado em 01 de agosto de 2023 entre o Devedor e a Emissora, conforme aditado de tempos em tempos ("Contrato de Alienação Fiduciária do Imóvel Sinop"), em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia e Outras Avenças", celebrado em 01 de agosto de 2023 entre o Devedor e a Emissora, conforme aditado de tempos em tempos ("Contrato de Alienação Fiduciária do Imóvel Sinop"), em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia e Outras Avenças", celebrado em 01 de agosto de 2023 entre o Devedor e a Emissora, conforme aditado de tempos em tempos ("Contrato de Alienação Fiduciária do Imóvel Sinop"), em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia e Outras Avenças", celebrado em 01 de agosto de 2023 entre o Devedor e a Emissora, conforme aditado de tempos em tempos ("Contrato de Alienação Fiduciária do Imóvel Sinop"), em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia e Outras Avenças", celebrado em 01 de agosto de 2023 entre o Devedor e a Emissora, conforme aditado de tempos em tempos ("Contrato de Alienação Fiduciária do Imóvel Sinop"), em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia e Outras Avenças", celebrado em 01 de agosto de 2023 entre o Devedor e a Emissora, conforme aditado de tempos em tempos ("Contrato de Alienação Fiduciária do Imóvel Sinop"), em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia e Outras Avenças", celebrado em 01 de agosto de 2023 entre o Devedor e a Emissora, conforme aditado de tempos em tempos ("Contrato de Alienação Fiduciária do Imóvel Sinop"), em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia e Outras Avenças", celebrado em 01 de agosto de 2023 entre o Devedor e a Emissora, conforme aditado de tempos em tempos ("Contrato de Alienação Fiduciária do Imóvel Sinop"), em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia e Outras Avenças", celebrado em 01 de agosto de 2023 entre o Devedor e a Emissora, conforme aditado de tempos em tempos ("Contrato de Alienação Fiduciária do Imóvel Sinop"), em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia e Outras Avenças", celebrado em 01 de agosto de 2023 entre o Devedor e a Emissora, conforme aditado de tempos em tempos ("Contrato de Alienação Fiduciária do Imóvel Sinop"), em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia e Outras Avenças", celebrado em 01 de agosto de 2023 entre o Devedor e a Emissora, conforme aditado de tempos em tempos ("Contrato de Alienação Fiduciária do Imóvel Sinop"), em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia e Outras Avenças", celebrado em 01 de agosto de 2023 entre o Devedor

INCÊNDIOS

São Paulo suspende queima de palha de cana em dias secos

A partir desta semana, a queima da palha da cana-de-açúcar no estado de São Paulo ficará proibida, entre 6h e 20h, até 30 de novembro. Além disso, sempre que a umidade relativa do ar estiver abaixo de 20%, a queima será suspensa pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) em qualquer horário do dia. As medidas foram adotadas para reduzir os impactos da atividade durante o período de estiagem.

Publicada pela Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil), a resolução vale para todo o setor sucroenergético, inclusive para empresas que já tenham autorização vigente.

“Esse tipo de controle é fundamental para proteger a qualidade do ar, especialmente em momentos mais críticos do clima. A queima em condições de baixa umidade contribui diretamente para o aumento da poluição e de focos de incêndio”, explica Adriano Queiroz, diretor de Controle e Licenciamento Ambiental da Cetesb.

A suspensão entra em vigor no dia seguinte à constatação do nível crítico de umidade. A retomada da queima só será permitida quando os índices voltarem a ficar iguais ou superiores a 20%, conforme monitoramento da Cetesb.

Mesmo após o fim da estiagem, entre dezembro e junho, a queima também poderá ser temporariamente restrita. Segundo a resolução, se a umidade permanecer entre 20% e 30% por dois dias seguidos, a prática será vetada durante o dia, sendo liberada apenas no período noturno, entre 20h e 6h.

QUEIMA DA PALHA

A queima da palha da cana já foi amplamente utilizada

FORÇA-TAREFA

Número de ataques a ônibus em SP cai, mas vandalismo continua

GONÇALO JUNIOR/AE

Cinco ônibus foram depredados entre a noite de quinta-feira passada, e a manhã desta sexta-feira, em São Paulo, de acordo com a SPTrans. Os atos aconteceram em todas as regiões da cidade.

Os novos casos indicam queda dos episódios - entre quarta e quinta-feira foram registrados 35 ataques -, mas eles não cessaram totalmente.

Na quinta-feira, a Secretaria da Segurança Pública iniciou reforço de policiamento nos corredores, garagens e terminais de ônibus. Desde o dia 12 de junho, as operadoras já somam 247 ônibus vandalizados.

Questionada sobre as novas ocorrências, a Secretaria da Segurança Pública informou que "mobiliza cerca de 7,8 mil policiais e 3,6 mil viaturas em todo o Estado com o objetivo de garantir a segurança de passageiros e funcionários do transporte público".

O órgão diz ainda que "a ação é uma resposta direta aos recentes casos de vandalismo contra ônibus na capital paulista".

De acordo com a Polícia Civil, que contabiliza cerca de 180 atos de vandalismo registrados em Boletins de Ocor-

no estado de São Paulo, alcançando áreas que, juntas, somavam o equivalente a 1,5 milhão de campos de futebol por safra. Hoje, essa prática está em declínio acelerado: na safra 2023/2024, menos de mil hectares, ou seja, cerca de mil campos de futebol, foram autorizados para queima, segundo dados da própria Cetesb. A redução passa de 99,9% em relação ao pico registrado em 2010.

A previsão é de eliminação total do uso do fogo até 2030, inclusive nas chamadas áreas de exceção. Atualmente, a queima só é permitida em locais com declividade acima de 12% ou em pequenas propriedades, com menos de 150 hectares, onde a mecanização ainda não é viável. Mesmo nesses casos, é necessário solicitar autorização com pelo menos 96 horas de antecedência.

SP SEM FOGO

A Operação SP Sem Fogo é uma parceria entre as Secretarias de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil), Segurança Pública e Defesa Civil do Estado. Além disso, conta com iniciativas e investimentos do Corpo de Bombeiros, da Polícia Militar Ambiental, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA), além da própria Semil e de suas vinculadas: Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), Departamento de Estradas de Rodagem (DER) e Fundação Florestal (FF).

Para cumprir seus objetivos, a Operação São Paulo Sem Fogo desenvolve uma série de atividades de forma permanente ao longo do ano, divididas em fases (verde, amarela e vermelha), conforme as necessidades e prioridades de cada período.

rência, 60% estão concentrados na zona sul da capital, principalmente nas avenidas Cupecê, Washington Luís e Vereador João de Luca.

Na Avenida Washington Luís, no Campo Belo, por exemplo, uma mulher de 31 anos ficou ferida após ser atingida por vidros quebrados por uma pedra. O motorista chegou a descer do veículo para tentar identificar o envolvido, mas ele já havia fugido do local.

A Polícia Civil apontou a participação de adolescentes em alguns atos de depredação e vandalismo. A Divisão de Crimes Cibernéticos atua no monitoramento de plataformas digitais, diante da suspeita de que os atos possam estar sendo organizados pela internet.

Nesta sexta-feira, a SSP reafirmou que não há, até o momento, indícios de envolvimento de organizações criminosas.

Ronaldo Sayeg, diretor do Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic), descartou na quinta-feira que o vandalismo seja uma retaliação ao rompimento de contrato da Prefeitura de São Paulo com as empresas Transwolff e Upbus, por causa da suspeita de ligação com o PCC.

PARQUE

GIOVANNA CASTRO/AE

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) decidiu que a Urbia, concessionária do Parque do Ibirapuera, tem autorização para cobrar taxa de uma empresa de assessoria esportiva que utiliza o espaço para treinamento dos seus clientes. A liminar diz respeito a The Run, que foi processada pela Urbia pelo não pagamento da taxa, e cabe recurso.

O valor, entorno de R\$ 10 por aluno, tem sido amplamente discutida pela categoria de assessorias esportivas desde o começo de 2025. O Ministério Pú-

VIOLÊNCIA

SP Mulher lança Ônibus São Paulo Por Todas com atendimento especializado

O Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Políticas para a Mulher, inaugura neste domingo, na região do Parque da Independência, às 9h, o Ônibus SP Por Todas, que percorrerá diversos municípios do estado para ampliar o acesso de mulheres paulistas a serviços de acolhimento, orientação e proteção.

Alinhado ao Decreto nº 69.430/2025, o equipamento reforça o compromisso do Governo com o enfrentamento à violência contra as mulheres. O Ônibus SP Por Todas irá atuar em locais de grande circulação e em eventos públicos com atendimento humanizado e sigiloso, descentralizando o acesso aos serviços integrados nas áreas psicossocial, jurídica e assistencial.

“O Ônibus SP Por Todas levará dignidade e suporte imediato

para mulheres que muitas vezes estão longe dos centros urbanos. Com essa iniciativa, reforçamos nosso compromisso de garantir autonomia e segurança a todas as paulistas”, afirma a secretária Valéria Bolsonaro.

As mulheres atendidas no Ônibus também serão orientadas sobre seus direitos, canais de denúncia – como o Ligue 190 e o App SP Mulher Segura, e poderão ser encaminhadas às redes de proteção, como Delegacias da Mulher, Defensoria Pública, CAPS, entre outros.

"A concessionária quer que as

COMO FUNCIONARÁ

Para garantir a qualidade e a continuidade do atendimento, a equipe itinerante contará com dois psicólogos, dois assistentes sociais e um coordenador, atuando em plantões que in-

cluem finais de semana e turnos noturnos. No interior do Ônibus SP Por Todas, as mulheres terão acesso a esses profissionais de maneira individual e também em grupo.

O percurso do Ônibus contempla paradas estratégicas em feiras, festas populares e grandes eventos em diversos municípios do Estado, em parceria com prefeituras, Ministério Público e organizações da sociedade civil. Essa articulação visa ampliar a capilaridade das ações, fortalecer a rede de proteção local e garantir que mesmo mulheres em áreas remotas tenham acesso aos serviços especializados.

Infraestruturado com salas de atendimento, espaço educativo, banheiro acessível e toldo externo, o equipamento funcio-

nará com metas mensais que incluem a realização de grupos educativos, atendimentos psicossociais conforme demanda, encaminhamentos à rede de proteção, além da elaboração de relatórios quantitativos e qualitativos para subsidiar futuras políticas públicas.

Elá destaca ainda que, conforme o contrato, "este direito também lhe impõe deveres, dentre eles cuidar para que terceiros contratados ou subcontratados sejam detentores de capacidade técnica compatível com as atividades objeto da concessão". Ou seja, é obrigação da Urbia regulamentar e acompanhar, com possível taxação, empresas que promovem atividades dentro do parque.

ABERTO À VISITAÇÃO

O Ônibus SP Por Todas estará exposto para visitação durante a 28ª Corrida do Bombeiro – 2025, que terá largada às 7h na Avenida Nazaré, 310, Ipiranga (Zona Sul). Nesse dia, o público poderá conhecer a estrutura e receber informações sobre o funcionamento do equipamento, assim como orientações sobre os serviços oferecidos pelo Governo do Estado para as mulheres.

EMAM PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 36.475.062/0001-05

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	18.181.369	-	19.662.358	371.686
Contas a receber de clientes	6	-	-	972.797	534.198
Tributos a recuperar	-	1.703	1.703	201.124	20.250
Adiantamento de fornecedores	7	-	-	414.266	1.218.350
Despesas antecipadas	-	-	-	53.547	2.657
Outros créditos	-	-	-	-	582
Total do ativo circulante	-	18.183.072	1.703	21.304.092	2.147.723
Ativo não circulante					
Títulos de valores mobiliários	8	-	-	2.875.957	3.500.499
Crédito com partes relacionadas	9.1	5.029.000	-	18.507.962	14.821.793
Outros créditos	-	-	-	305.313	20
Investimentos	10.a	43.377.575	-	-	-
Imobilizado líquido	11	-	-	127.732.167	98.102.040
Total do ativo não circulante	-	48.406.575	-	149.421.399	116.424.352
Total do ativo	-	66.589.647	1.703	170.725.491	118.572.075
Passivo e Patrimônio Líquido					
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	321.336	-	5.467.086	9.417.892
Fornecedores	12	10.694	2.896	1.013.652	529.480
Obrigações sociais e trabalhistas	14	-	-	236.845	86.433
Obrigações tributárias	15	1.374	-	164.913	28.563
IR e CS a pagar	16	109.513	55	123.902	249.650
Tributo diferido	17	-	-	497.560	52.736
Parcelamentos	18	-	-	408.681	2.623.219
Contas a pagar	-	-	-	887.930	1.020.051
Total do passivo circulante	-	442.917	2.951	8.391.888	11.791.491
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	84.871.039	-	135.240.030	53.176.685
Débito com partes relacionadas	9.2	878.482	6.856.221	41.658.340	59.249.706
Parcelamentos	18	-	-	1.040.511	1.386.408
Provisão para riscos	19	-	-	341.408	341.408
Passivo a descoberto de controladas	10.a	-	5.544.396	-	2.623.219
Total do passivo não circulante	-	85.749.521	12.400.617	178.280.289	116.777.426
Patrimônio líquido	20	-	-	-	-
Capital social	-	15.481.080	15.471.880	15.481.080	15.471.880
Adiantamento para aumento de capital	-	2.110.048	-	2.110.048	-
(-) Prejuízos acumulados	-	(37.193.919)	(27.873.745)	(37.193.919)	(27.873.745)
Total do patrimônio líquido	-	(19.602.791)	(12.401.865)	(19.602.791)	(12.401.865)
destinado aos controladores	-	-	-	-	-
Participação de não controladores	-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido	-	(19.602.791)	(12.401.865)	(15.946.686)	(9.996.842)
Total do passivo e patrimônio líquido	-	66.589.647	1.703	170.725.491	118.572.075
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					

Demonstrações do resultado para o exercicio findo em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida	21	-	-	7.729.252	5.373.542
Custos	-	-	-	(4.687.273)	(1.977.087)
Resultado bruto	-	-	-	3.041.979	3.396.455
Despesas operacionais	-	-	-	-	-
Despesas administrativas	22	(2.207.963)	(9.619)	(6.497.551)	(1.762.791)
Despesas tributárias	24	(243.595)	(516)	(596.585)	(51.082)
Despesas comerciais	23	(3.384)	-	(345.976)	(89.630)
Equivalência patrimonial	10	(10.403.005)	(12.733.127)	-	-
Outras despesas operacionais	-	(137.254)	-	(448.846)	(309.436)
Resultado operacional	-	(12.995.201)	(12.743.262)	(4.846.979)	(723.466)
Resultado financeiro	25	-	-	-	-
Receitas financeiras	-	2.120.084	-	2.729.387	981.370
Despesas financeiras	-	(221.232)	-	(9.910.439)	(13.735.532)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	-	(11.096.349)	(12.743.262)	(12.028.031)	(12.600.946)
Imposto de renda e contribuição social – corrente	26	(431.867)	-	(632.761)	(632.761)
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	26	-	-	-	(90.809)
Prejuízo líquido do exercicio	-	(11.528.216)	(12.743.262)	(12.660.792)	(12.819.424)
Resultado atribuível aos não controladores	-	-	-	(1.132.576)	(76.162)
Resultado atribuível aos controladores	-	-	-	(11.528.216)	(12.743.262)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					

Demonstrações do resultado abrangente para o exercicio findo em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo líquido do exercicio	-	(11.528.216)	(12.743.262)	(12.660.792)	(12.819.424)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-
Total resultado abrangente do exercicio	-	(11.528.216)	(12.743.262)	(12.660.792)	(12.819.424)
Resultado atribuível aos não controladores	-	-	-	(1.132.576)	(76.162)
Resultado atribuível aos controladores	-	-	-	(11.528.216)	(12.743.262)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido para o exercicio findo em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em reais)

	Notas	Patrimônio líquido atribuível aos controladores		Total do patrimônio líquido de controladores	Participação de não controladores	Total do Patrimônio Líquido Consolidado
		Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital			
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	15.471.880	-	15.471.880	-	15.471.880
(-) Prejuízo líquido do exercicio	-	-	-	-	-	-
Movimentação de não controladores	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	15.471.880	-	15.471.880	-	15.471.880
Aumento de capital	20.2	9.200	-	9.200	-	9.200
(-) Prejuízo líquido do exercicio	-	-	-	-	-	-
Ajustes de exercicios anteriores	20.5	-	-	-	-	-
Movimentação de não controladores	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	20.4	-	2.110.048	2.110.048	-	2.110.048
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	15.481.080	2.110.048	17.591.128	3.656.105	21.247.233
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.						

Demonstrações dos fluxos de caixa para o exercicio findo em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(11.528.216)	(12.743.262)	(12.660.792)	(12.819.424)
Prejuízo líquido do exercicio	-	-	-	-
Ajustes para reconciliar o resultado exercicio com recursos provenientes de atividades operacionais	-	-	-	-
Provisão de juros sobre empréstimo financeiro	-	-	9.347.788	12.822.689
Depreciação e amortização	-	-	1.878.681	1.383.509
Baixa imobilizado	-	-	4.546.072	1.974.832
Equivalência Patrimonial	10.403.005	12.733.127	-	-
Provisão para riscos	-	-	-	341.408
Provisão risco de crédito contas a receber	-	-	24.210	79.528
(Redução) aumento nos ativos	-	-	-	-
Contas a receber	-	-	(462.809)	(613.726)
Tributos a recuperar	-	-	(180.874)	(12.701)
Despesas antecipadas	-	-	(50.890)	(2.657)
Outros créditos	-	-	(304.711)	443.584
Adiantamentos a fornecedores	-	-	1.284.744	2.349.520
Recursos líquidos consumidos nas atividades operacionais	(1.006.581)	(7.240)	(6.098.082)	(10.483.581)
Fornecedores	7.798	2.896	484.172	(2.549.926)
Obrigações sociais e trabalhistas	-	-	150.407	(1.480.546)
Obrigações tributárias	1.374	-	136.350	(419.756)
Tributo diferido	-	-	(52.736)	-
IR e CS a pagar	109.458	(1)	(125.748)	151.482
Contas a pagar	-	-	(132.121)	1.167
Juros pagos sobre empréstimo	-	-	(9.979.825)	(12.132.564)
Recursos líquidos consumidos nas atividades operacionais	(1.006.581)	(7.240)	(6.098.082)	(10.483.581)
Fluxo da caixa das atividades de investimento	-	-	-	-
Outros resultados com investimento	1.314.854	(10.000)	39.492	(8.095.255)
Aporte de adiantamento para futuro aumento de capital em investidas	(58.421.788)	-	-	-
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				

Demonstrações das demonstrações financeiras completas da EMAM Participações S.A. auditadas pela empresa Baker Tilly Brasil Auditores Independentes S/S está à disposição dos interessados junto a sua administração

Diretoria: Elvio José Machado, Ana Flávia Guimarães Santos Machado, Contador: Rodney Leandro Guardia - CRC-SP 21554/01 - CPF 167.613.198-11.

IMPOSTO

AGU vai demonstrar ao STF que decreto do IOF é legal

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O advogado-geral da União, Jorge Messias, disse nesta sexta-feira que o governo federal vai demonstrar ao Supremo Tribunal Federal (STF) que o decreto editado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para aumentar as alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) está de acordo com a Constituição.

A manifestação de Messias ocorreu após o ministro Alexandre de Moraes decidir levar o caso para conciliação e suspender

o decreto de Lula e a deliberação da Câmara dos Deputados e do Senado que derrubou o ato do presidente.

O advogado-geral declarou que reconhece a proposta de diálogo institucional promovida pelo ministro do Supremo.

"A AGU valoriza a proposta de diálogo interinstitucional sugerida pelo STF, reconhecendo-a como um espaço importante para a resolução de conflitos. Durante essa oportunidade, a Advocacia-Geral da União demonstrará a total conformidade dos decretos presidenciais com a Constituição, enfatizando seu

adequado uso na condução da política econômica, cambial e securitária do poder executivo federal", disse.

Na avaliação de Jorge Messias, Moraes considerou "razoável e plausível" a argumentação da União sobre a separação de poderes entre o Executivo e o Legislativo.

"O voto do ministro-relator entende como razoável e plausível a argumentação da União sobre a violação do princípio da separação de poderes, conforme sustentado pela AGU. Além disso, destaca a necessidade de esclarecer a dúvida le-

vantada pelo Congresso Nacional sobre possível desvio de finalidade dos decretos presidenciais, especialmente em razão do caráter fiscal das medidas", completou.

DECISÃO

A decisão de Alexandre de Moraes foi tomada na ação na qual o PSOL pretende anular as votações da Câmara dos Deputados e do Senado que derrubaram o decreto editado pelo presidente Lula e no processo no qual a AGU pediu que o decreto seja considerado constitucional.

Após trair Lula, Motta diz que decisão do STF está em sintonia com a Câmara

PAULA LABOISSIÈRE/ABRASIL

Ao comentar a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que suspendeu os efeitos de decretos - do governo e do Congresso Nacional - que tratam do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo

Motta, disse nesta sexta-feira que a medida está "em sintonia" com o desejo da maioria do plenário da Casa e também da sociedade.

"A decisão do ministro Alexandre de Moraes evita o aumento do IOF, em sintonia com o desejo da maioria do plenário da Câmara dos Deputados e da

sociedade. Continuamos abertos ao diálogo institucional, com respeito e serenidade, sempre em busca do equilíbrio das contas públicas e do crescimento sustentável da economia", escreveu no X.

A DECISÃO

Por meio de medida cautelar,

o ministro do STF Alexandre de Moraes suspendeu os efeitos de decretos que tratam do IOF. Na decisão, ele determina ainda a realização de uma audiência de conciliação entre o governo federal e o Congresso Nacional sobre o tema, agendada para o dia 15 de julho na sala de audiências da Corte, em Brasília.

GOLPISTAS

STF condena 643 denunciados por participação no 8 de Janeiro

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O Supremo Tribunal Federal (STF) já condenou 643 acusados pela participação nos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023.

O balanço das condenações foi divulgado pela Procuradoria-Geral da República (PGR), órgão responsável pelas denúncias enviadas ao Supremo para responsabilizar as pessoas que invadiram e depredaram as instalações do Congresso, Palácio do Planalto e do Supremo.

As condenações envolvem os executores dos atos, que foram apenados pelos crimes de associação criminosa armada, dano qualificado, deterioração do patrimônio tombado, abolição violenta do Estado Democrático de Direito e tentativa de golpe de Estado.

O tempo de prisão varia entre três e 17 anos, além do pagamento solidário de R\$ 30 milhões pelos danos causados pela depredação de obras de arte, móveis históricos, estofados, aparelhos eletrônicos, entre outros.

ACORDO

Conforme o levantamento divulgado pela PGR, 555 acusados assinaram acordo de não persecução penal (ANPP) e terão seus processos encerrados.

O acordo permite que os acusados que não participaram diretamente dos atos de depredação possam confessar os crimes em troca de medidas diversas da prisão.

No dia 8 de janeiro, esses acusados estavam em frente ao quartel do Exército, em Brasília,

e foram acusados de associação criminosa e incitação aos atos.

Por terem cometido crimes de menor gravidade, eles foram condenados a de um ano de prisão, mas as penas foram substituídas pela prestação de serviços comunitários e a presença em um curso sobre democracia.

Os acusados também estão com o passaporte retido, porte de arma revogado e deverão pagar solidariamente o valor de R\$ 5 milhões por danos morais coletivos.

PAUTA BOMBA

Congresso analisa MP de reajuste para militares

MARIA MAGNABOSCO/AE

A medida provisória que prevê aumento nos salários dos militares das Forças Armadas será votada pela comissão mista do Congresso Nacional na reunião da próxima terça-feira. O grupo é formado por integrantes do Senado e da Câmara e a proposta é de autoria do deputado federal e general de divisão do Exército, Eduardo Pazuello (PL-RJ).

O relatório de Pazuello prevê que o reajuste seja feito em duas etapas: 4,5% em abril de 2025 e mais 4,5% em janeiro de 2026.

O autor estima que o governo terá um impacto orçamentário de R\$ 3 bilhões no primeiro ano e R\$ 5,3 bilhões no segundo, "o que exigirá planejamento para garantir o equilíbrio das contas públicas", diz o deputado General Pauzuello.

A MP reajusta os soldos, que são os salários-base pagos aos integrantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. A justificativa é "melhorar a atratividade da carreira e incentivar a permanência de profissionais qualificados", conforme a descrição do texto. A comissão mista é presidida pelo senador e militar Hamil-

ton Mourão (Republicanos-RS) e tem como vice o deputado federal Carlos Zarattini (PT-SP). A proposta altera a Lei 13.954/2019 e recebeu 23 emendas de parlamentares.

A primeira emenda, apresentada pelo senador Efraim Filho (União-PB), propõe incluir na MP a isenção do pagamento do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza, além da dispensa da apresentação da Declaração de Ajuste Anual, para os policiais militares e bombeiros militares.

A justificativa para a inclusão da emenda na MP, segundo o senador Efraim Filho, é que "é justo o reajuste proposto para os militares das Forças Armadas, mas é necessário estender os ganhos ao restante dos militares brasileiros. Os policiais e bombeiros militares não são alcançados pelo texto original", diz o documento.

A Medida Provisória foi editada em 28 de março e teve sua vigência prorrogada em 27 de maio pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), o que estendeu o prazo para análise pelo Congresso por mais 60 dias.

COMPANHIA AGRÍCOLA DO AÇUDE S.A.
CNPJ nº 33.671.983/0001-47 - NIRE nº 33300161147
EDITAL DE CONVOCAÇÃO. Ficam convidados os Acionistas da **COMPANHIA AGRÍCOLA DO AÇUDE S.A.** para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, **sob forma exclusivamente presencial**, a ser realizada no dia 14 de julho de 2025, às 10h, na Av. Niemeyer, nº 2, sala 203, São Conrado, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 22450-220, para deliberar a seguinte ordem do dia: (I) eleger a diretoria para mandato de 3 (três) anos; (II) aprovar a reforma do estatuto social da Companhia; (III) autorizar a Diretoria a alienar os ativos imobiliários da Companhia; (IV) autorizar a Diretoria a praticar todos os atos necessários para a venda do ativo, inclusive assinar contratos e substabelecer poderes; e (V) ratificar todos os atos praticados pelos diretores relacionados à venda do ativo. Os representantes legais ou procuradores dos acionistas, quando for o caso, deverão apresentar documentação hábil comprovando sua situação. Rio de Janeiro, 03 de julho de 2025. Marilda Ramos Quattrone.

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.
CNPJ/ME nº 05.982.449/0001-16 - NIRE 33.3.0034948-1
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2025
1. DATA, HORA E LOCAL: no dia 29 de abril de 2025, às 15:00h, na sede da Energética Serra da Prata S.A. ("Companhia"), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº. 440, 18º andar, Botafogo, CEP: 22.250-908. **2. MESA:** Presidente - Sr. José Guilherme Cruz Souza, Secretária - Sra. Ana Paula Pousa Bacalchuc de Salles Fonseca. **3. PRESENÇA:** Acionista representando a totalidade do capital social votante da Companhia, conforme assinatura constante do Livro Registro de Presença de Acionistas. **4. CONVOCAÇÃO:** Dispensada a publicação dos editais de convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas da Companhia, na forma do §4º do art. 124, da Lei 6.404/76. **5. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a aprovação da reversão de R\$ 20.405.285,72 (vinte milhões quatrocentos e cinco mil duzentos e oitenta e cinco reais e setenta e dois centavos) da reserva de retenção de lucros constituída nos termos da Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 07/04/2025, para fins de distribuição de dividendos a serem pagos até dia 31/12/2025. **6. DELIBERAÇÕES:** Após discutir e analisar o tema constante na ordem do dia e o balanço patrimonial da Companhia, o acionista, representando a totalidade do capital social da Companhia e sem quaisquer restrições, aprovou a reversão de R\$ 20.405.285,72 (vinte milhões quatrocentos e cinco mil duzentos e oitenta e cinco reais e setenta e dois centavos) da reserva de retenção de lucros constituída nos termos da Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 07/04/2025, para fins de distribuição de dividendos a serem pagos até dia 31/12/2025. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, que depois de lida, foi aprovada e assinada pelos presentes. **8. ASSINATURAS:** Mesa: José Guilherme Cruz Souza (Presidente) e Ana Paula Pousa Bacalchuc de Salles Fonseca (Secretária). Acionista: Monte Pascoal Holding S.A.. A presente é cópia fiel do original lavrado em livro. **José Guilherme Cruz Souza** - Presidente da Mesa, **Ana Paula Pousa Bacalchuc de Salles Fonseca** - Secretária. JUCERJA: Certifico o arquivamento em 03/07/2025 sob o nº 00007062661, Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

Diário do Acionista
Tels.: (21) 99122-4278

Cardeal Tempesta



Orani João Tempesta, O.Cist
Arcebispo do Rio de Janeiro

14º Domingo do Tempo Comum

*Aclamai o Senhor Deus, aclamai,
ó terra inteira! (Sl 65/66)*

Celebramos neste domingo o décimo quarto do Tempo Comum, após termos celebrado, no domingo anterior, a solenidade dos Apóstolos Pedro e Paulo, colunas da Igreja. A partir de agora, o Tempo Comum segue até a Solenidade de Jesus Cristo, Rei do Universo.

Iniciamos, nesta semana, um novo mês. Estamos na metade do ano, momento oportuno para revisarmos o que realizamos no primeiro semestre e planejarmos como será este novo tempo. É tempo de revisar a vida, observar em que falhamos e buscar melhorar neste segundo semestre. Quem sabe até mesmo buscar o Sacramento da Reconciliação.

O Senhor nos envia em missão, a exemplo do que fez com os discípulos no Evangelho de hoje. Somos chamados e enviados por Ele. O Senhor nos chama e espera que respondamos com o nosso “sim”. Essa resposta afirmativa ao chamado do Senhor nasce da oração: é na intimidade com Ele que podemos responder com generosidade à sua voz.

Ao longo do Tempo Comum, acompanhamos Jesus anunciando o Reino de Deus – esse Reino que é amor, esperança, paz, justiça e compaixão. Hoje, Ele nos envia a fazer o mesmo: anunciar o Reino com a vida e com as ações. O Senhor nos envia a visitar os doentes e idosos, socorrer os necessitados, dar de comer a quem tem pouco, e anunciar a esperança que vem d’Ele. Não tenhamos medo de sermos discípulos e missionários do Senhor. O Espírito Santo está conosco desde o nosso batismo e nos orienta no caminho da missão.

O domingo é o Dia do Senhor, pois é o dia em que Cristo ressuscitou dos mortos. Ele ganha, assim, um novo sentido. O domingo é dia de reservarmos tempo para participar da celebração eucarística, de preferência com nossa família. Isso também é uma forma concreta de edificar o Reino de Deus. Na missa, escutamos o que Ele tem a nos dizer e, ao sairmos da celebração, podemos transmitir essa Palavra àqueles que não puderam estar conosco. Quando nos sentirmos cansados e fatigados sob o peso do trabalho semanal, o Senhor nos acolhe e nos dá descanso. A Eucaristia nos fortalece para enfrentarmos a semana de trabalho e estudo. Jesus nos atrai para junto de si, e nos alimenta com seu Corpo e Sangue.

A primeira leitura da missa deste domingo é do livro do profeta Isaías (Is 66,10-14c). Isaías foi um grande profeta, que viveu logo após o exílio da Babilônia. Muitas das profecias que fez sobre Jesus se cumpriram. Ele previa tempos de paz para Israel, sobretudo com a chegada do Messias. Sua missão era dar novo ânimo ao povo, entristecido e desanimado após o exílio.

O povo de Deus havia se afastado do Senhor, rompido a aliança e se tornado infiel. Por isso, Deus permitiu o exílio na Babilônia, para que refletissem sobre suas ações. No entanto, Deus sempre permaneceu fiel. Ele não desejava o castigo, mas sim a conversão, e resgatou o povo do exílio. Enviou Isaías como profeta com a missão de anunciar esperança, renovar os corações, afirmar que o bem sempre vence o mal, e que os momentos difíceis passam – e logo vem a alegria.

O profeta nos encoraja também hoje. Deus fez uma aliança conosco e deseja que sejamos fiéis. As dificuldades passam e a alegria volta. Sigamos o caminho do bem, anunciando o Reino de Deus com a vida.

O Salmo responsorial é o 65(66), que diz: *“Aclamai o Senhor Deus, aclamai, ó terra inteira!”* Aclamemos o Senhor, que fez aliança conosco, que nos escolheu desde o batismo e nos envia para anunciar o Reino. Ele é fiel e espera nossa fidelidade a Ele e à missão que nos confiou.

A segunda leitura é da carta de São Paulo aos Gálatas (Gl 6,14-18). Nela, Paulo ensina à comunidade que ninguém deve se gloriar por mérito próprio. A verdadeira glória vem da cruz de Cristo. Nada do passado tem mais valor diante da nova vida, que nasce a partir da cruz do Senhor.

O Evangelho deste domingo é de Lucas (Lc 10,1-12.17-20). Nele, Jesus, vendo a necessidade de que o Reino fosse anunciado a mais pessoas, envia outros 72 discípulos em missão, às cidades e lugares para onde Ele mesmo deveria ir. E diz: “A messe é grande, mas os operários são poucos”, e ainda: *“Pedi, pois, ao dono da messe que envie operários para a sua messe.”* O Senhor continua a nos exortar hoje: devemos pedir ao Pai mais operários. O Senhor continua chamando e espera que cada um de nós responda com o “sim”, para que o Reino continue sendo anunciado.

Os setenta e dois discípulos retornam da missão com alegria, dizendo que até os demônios lhes obedeciam por causa do nome de Jesus. Quando anunciamos Jesus e edificamos o Reino de Deus aqui na terra, recebemos como recompensa a vida eterna.

O Senhor também espera que nós voltemos alegres da missão realizada, trazendo frutos abundantes. Sejamos perseverantes no anúncio da Palavra, mantendo-nos firmes na missão que Ele nos confiou. Vivamos o Reino de Deus com plenitude nesta vida, para que possamos contemplá-Lo plenamente no Reino dos Céus.

Celebremos com alegria este 14º Domingo do Tempo Comum e tenhamos, no coração, o firme propósito de sermos discípulos e missionários do Senhor. Reze-mos, pedindo com fé, mais operários para a messe.

Sábado, domingo e segunda-feira, 5, 6 e 7 de julho de 2025

2025

Estado bate recorde de novas empresas abertas no 1º semestre

A economia do Estado do Rio de Janeiro alcançou um marco histórico no primeiro semestre de 2025. De janeiro a junho, a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (Jucerja) registrou a abertura de 42.927 empresas, o maior número já computado em um primeiro semestre nos 216 anos da autarquia. O total representa um crescimento de 16,5% em relação ao mesmo período de 2024, quando foram abertas 36.843 empresas, e um aumento de 15,5% em relação ao antigo recorde, estabelecido em 2022, com 37.167 novos negócios.

“O ambiente de negócios no Rio de Janeiro, cada vez mais favorável para quem quer empreender, é resultado de uma política consistente de estímulo ao empreendedorismo, de modernização dos serviços públicos e de segurança jurídica. Quando o poder público atua promovendo as condições necessárias para que o setor produtivo cresça, gere empregos e contribua para o desenvolvimento sustentável do estado, os resultados aparecem”, comentou o governador Cláudio Castro.

A marca de 2025 foi alcançada após o registro de 6.516 empresas no mês de junho. O número ficou muito próximo do recorde do mês, alcançado em 2024, com 6.597 novos negócios abertos. Ao todo, a Jucerja já registrou quatro recordes mensais neste ano: em janeiro (7.164), fevereiro (8.385),

março (7.089) e maio (6.943). As principais atividades dos novos empreendimentos refletem a diversidade do ambiente de negócios fluminense. Lideram o ranking os serviços de escritório (1.497), consultórios de psicologia e psicanálise (1.226), consultórios médicos (1.165), comércio de vestuário (1.081) e restaurantes (986).

O desempenho recorde no primeiro semestre mostra como a Jucerja tem atuado, na prática, para tornar o ambiente de negócios mais simples e acolhedor para quem quer empreender. Com processos cada vez mais simplificados, a autarquia vem contribuindo para o crescimento da economia fluminense.

“Este é um resultado que confirma a solidez do ambiente empreendedor fluminense. Cada nova empresa representa um impulso para a economia, com mais empregos, oportunidades e arrecadação. A atuação da Jucerja tem sido pautada pela modernização dos serviços e pelo compromisso com a desburocratização, o que vem tornando o Estado do Rio cada vez mais atrativo para quem deseja empreender”, afirmou o presidente da Jucerja, Sergio Romay.

Entre os municípios que mais abriram empresas no primeiro semestre de 2025 estão: Rio de Janeiro (21.590), Niterói (3.147), Duque de Caxias (1.576), São Gonçalo (1.355) e Nova Iguaçu (1.206).

VALE TRANSPORTE

Prefeitura faz balanço do ‘Jaé’ e detalha transição

O vice-prefeito do Rio, Eduardo Cavaliere, e a secretária municipal de Transportes, Maína Celidonio, apresentaram, nesta sexta-feira, um balanço da implementação do Jaé, novo sistema de bilheta-gem digital da cidade, e detalharam os próximos passos da transição. Mais de 2,6 milhões de cadastros foram realizados e mais de 1,6 milhão de cartões emitidos, em uma evidente consolidação do avanço na digitalização do transporte público carioca.

“Estamos muito satisfeitos com o resultado desse mês de adesão das gratuidades ao Jaé e com a tranquilidade de que amanhã, dia 5 de julho, conforme planejado, iniciamos a operação exclusiva do Jaé para as gratuidades do município. Agradecemos muito o esforço que foi feito por parte dos cariocas e da população da região metropolitana, que aderiram ao Jaé ao longo das últimas semanas”, afirmou Eduardo Cavaliere.

A partir deste sábado, o Jaé passa a ser o único sistema válido para as gratuidades nos modais de transporte municipais — ônibus, BRT, VLT, vans e cabritinhos. Usuários com direito ao benefício devem fazer o cadastro para poderem utilizar o cartão amarelo do Jaé, que é emitido na hora nos postos de atendimento. Foram realizados 1,1 milhão de cadastros de gratuidade e 644 mil cartões emitidos para este público.

“É muito importante ressaltar que o cadastro no Jaé não acaba hoje nem amanhã. Ele é permanente. Mesmo para quem tem direito à gratuidade, como idosos, PCDs, doentes crônicos e estudantes, o processo de cadastramento é contínuo. Atualmente, mais de meio milhão de cariocas já utilizam o Jaé diariamente para embarcar nos transportes municipais do Rio”, disse a secretária Maína Celidonio. A partir do dia 2 de agosto, o uso do Jaé passa a ser obrigatório para to-

dos os usuários. A medida inclui os passageiros dos transportes municipais, inclusive os usuários de vale-transporte. As empresas empregadoras devem procurar a empresa responsável pelo Jaé o quanto antes para habilitar o benefício de seus funcionários.

O Jaé pode ser utilizado tanto de forma digital, pelo aplicativo, quanto com cartão físico vinculado à conta do usuário. O app permite solicitar o cartão, fazer recargas via PIX, cartão de crédito ou boleto, pagar passagens por QR Code, consultar saldo, verificar extratos, bloquear ou solicitar segunda via. O saldo não expira e permanece protegido em caso de perda ou roubo.

Também está disponível o cartão avulso, que pode ser adquirido em máquinas localizadas em estações do BRT e VLT. Esse modelo não exige cadastro e funciona de forma independente, sem vínculo com CPF ou conta digital, mas os créditos pagos ficam restritos ao cartão e não podem ser recuperados em caso de perda ou roubo.

Para garantir uma transição tranquila, a prefeitura vem fortalecendo a rede de atendimento presencial. Todos os 17 postos funcionam de segunda a sábado, das 7h às 19h. Quatro deles foram estruturados como Super Postos, com maior capacidade de atendimento: o Clube do Servidor Municipal (Cidade Nova), a Nave do Conhecimento (Engenho de Dentro), o Centro Esportivo Miécimo da Silva (Campo Grande) e a Vila Olímpica de Deodoro.

Além disso, foram criados, recentemente, dois novos postos para ampliar a capilaridade do serviço: no Shopping dos Peixinhos, em Madureira, exclusivo para gratuidades, e na Arena Jovelina Pérola Negra, na Pavuna.

O Terminal Paulo da Portela continua atendendo o público geral. Na Zona Sul, o posto de Botafogo foi realocado para a Rua Dona Mariana, 48.

EUA

Democratas condenam megapacote de Trump

É grande e é bonito, diz o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. Mas para muitos líderes democratas, o projeto que diminui impostos para empresários, amplia gastos e reduz a verba de programas sociais aprovado pelos aliados republicanos de Trump no Congresso na quinta-feira passada, representa a chave para o ressurgimento do Partido Democrata.

Mesmo antes da votação final, as autoridades democratas estavam finalizando planos ambiciosos para comícios, campanhas de registro de eleitores, publicidades, excursões de ônibus e até mesmo uma vigília de vários dias, tudo com o objetivo de destacar os elementos mais controversos do projeto apelidado por Trump de "Big Beautiful Bill": cortes profundos na rede de proteção social do país que deixarão quase 12 milhões de pessoas a mais sem cobertura de saúde e milhões de outras sem assistência alimentar, de acordo com o Escritório de Orçamento do Congresso, que não é partidário.

Em campos de batalha política no Alasca, em Iowa, na Pensilvânia e na Califórnia, os democratas começaram a usar o projeto de lei contra os republicanos. Os democratas estão prometendo que a conquista da política doméstica do presidente republicano até o momento será a questão definidora de todas as eleições importantes até a metade do próximo outono.

"Uma coisa está bem clara: os republicanos são responsáveis por essa bagunça e ela é um albatroz em volta do pescoço deles rumo às eleições de meio de mandato", disse o presidente do Comitê Nacional Democrata, Ken Martin, à reportagem. "Essa é a legislação menos popular da história moderna e, quanto mais os eleitores tomam conhecimento dela, mais a odeiam. Essa é uma diretriz clara para os democratas: vamos nos certificar de que cada eleitor saiba quem é o responsável."

"Longe de um bom ponto de partida"

No entanto, mesmo com a opinião pública inicial a seu favor, está longe de ser certo que a legislação será o vencedor político que os democratas esperam.

A marca democrata continua profundamente impopular, o

partido não tem um líder claro, sua mensagem é confusa e os elementos centrais da base democrata estão frustrados e à deriva. Algumas das disposições do projeto de lei não entrarão em vigor até depois da eleição de 2026, portanto, os eleitores podem não ter sentido todo o impacto até o momento da votação. Ao mesmo tempo, não está claro quantos eleitores estão prestando atenção ao debate em Washington.

O comitê de ação política dos democratas, Priorities USA, alertou esta semana que o partido precisa se esforçar mais se quiser que sua mensagem seja transmitida.

"Não podemos simplesmente presumir que, por estarmos com raiva, os eleitores com os quais precisamos nos comunicar estão com raiva. Todos precisam se mobilizar e perceber o enorme desafio que temos pela frente", disse a diretora executiva do Priorities USA, Danielle Butterfield. "Não estamos nem perto de um bom ponto de partida."

O projeto de lei prevê US\$ 4,5 trilhões em incentivos fiscais que foram promulgados no primeiro mandato de Trump e que teriam expirado se o Congresso não agisse. As novas isenções permitirão que os trabalhadores deduzam as gorjetas e o pagamento de horas extras. Há US\$ 1,2 trilhão em cortes no Medicaid (programa de saúde social dos EUA) e nos vales-alimentação e um grande retrocesso nos investimentos em energia verde. O não partidário Escritório de Orçamento do Congresso dos EUA (CBO, na sigla em inglês) estima que o pacote acrescentará US\$ 3,3 trilhões ao déficit ao longo da década.

DEMOCRATAS

Em particular, alguns democratas admitiram que os republicanos foram inteligentes ao aprovar o projeto de lei na véspera de um fim de semana de feriado, quando menos eleitores estariam prestando atenção.

Enquanto alguns democratas em Washington previam uma reação política negativa em todo o país, a resposta foi um pouco silenciosa na quinta-feira, 3, véspera do Dia da Independência dos EUA, em um evento democrata em Iowa, a apenas 16 quilômetros do State Fairgrounds, onde Trump mais tarde atraiu milhares de pessoas

para um comício noturno.

Uma plateia de aproximadamente 100 pessoas ouviu as autoridades democratas locais se insurgirem contra a legislação e conclamarem os eleitores a destituir o deputado republicano Zach Nunn, o congressista local, por apoiá-la.

Michael Rieck, de 69 anos, um dos espectadores, disse que os democratas de Iowa lhe enviaram uma mensagem sobre o comício, mas quando ele acessou a internet para saber mais, "não havia nada".

"Mandeí uma mensagem de volta para eles dizendo que não estava vendo nenhum anúncio", disse ele. "Eles corrigiram isso lentamente. Ainda não estou impressionado com o que eles fizeram para anunciar esse evento."

Rieck disse que deseja que os diferentes grupos do partido coordenem melhor sua mensagem.

Os ativistas progressistas estavam passando por Minnesota em um grande ônibus verde, como parte da turnê "Stop the billionaire giveaway" (Pare a doação bilionária) da Fair Share America, com 29 paradas. O grupo está focado em distritos congressionais liderados por republicanos, onde os parlamentares eleitos deixaram, em grande parte, de realizar reuniões presenciais com os eleitores.

"Sabemos que estamos lutando contra a correnteza", disse a diretora executiva da Fair Share, Kristen Crowell. "Mas quando as pessoas ouvem exatamente o que está nesse projeto de lei, elas se opõem veementemente."

PESQUISAS

De modo geral, o projeto de lei é impopular, de acordo com pesquisas de opinião realizadas durante o mês de junho, embora algumas disposições individuais sejam apoiadas.

Por exemplo, uma pesquisa do Washington Post/Ipsos constatou que a maioria dos americanos concorda com o aumento do crédito fiscal anual para crianças e a eliminação dos impostos sobre os ganhos com gorjetas, e cerca de metade apoia as exigências de trabalho para alguns adultos que recebem o Medicaid.

Por outro lado, o levantamento constatou que a maioria se opõe à redução do financiamento federal para assistência

alimentar a famílias de baixa renda e ao gasto de cerca de US\$ 45 bilhões para construir e manter centros de detenção de imigrantes.

O preço pode ser um ponto de atrito: cerca de 6 em cada 10 americanos entrevistados na pesquisa disseram ser "inaceitável" que o projeto de lei deva aumentar a dívida nacional dos EUA - atualmente em US\$ 36 trilhões - em cerca de US\$ 3 trilhões na próxima década.

Mas as pesquisas indicam que a maioria dos cidadãos também não está prestando atenção às nuances do projeto de lei. O levantamento do Washington Post/Ipsos constatou que apenas cerca de um terço dos adultos ouviram falar "muito" ou "bastante" sobre o megapacote fiscal.

PLANOS PARA O VERÃO

O Comitê Nacional Democrata e seus aliados planejam um "verão de mobilização", com a realização de assembleias públicas, treinamentos e ações de registro de eleitores em pelo menos 35 distritos congressionais considerados competitivos. A campanha terá como foco principal o projeto de lei de Trump.

A governadora do Kansas, Laura Kelly, que preside a Associação dos Governadores Democratas, afirmou que o partido precisa manter o conteúdo da proposta em evidência para garantir que o tema esteja presente nas eleições legislativas de meio de mandato e até na próxima eleição presidencial, em 2028. "Teremos que manter isso no radar", disse ela.

Grupos progressistas também estão organizando um dia de ação "Families First" (Famílias em Primeiro Lugar), marcado para 26 de julho, com atividades em todos os 50 estados. A mobilização vai destacar o impacto dos novos cortes no Medicaid e incluirá uma vigília de 60 horas no Capitólio dos EUA.

"Fizemos uma promessa uns aos outros e às próximas gerações de que haveria uma rede de proteção quando precisássemos dela. É isso que está sendo desmontado. E as pessoas não vão aceitar isso", afirmou Ai-jen Poo, uma das organizadoras do Families First e presidente da Aliança Nacional de Trabalhadoras Domésticas.

AIEA

ONU retira inspetores nucleares do Irã por motivos de segurança

A Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) da Organização das Nações Unidas (ONU) está retirando seus inspetores do Irã por questões de segurança, rompendo os laços entre a agência e Teerã, que no início desta semana suspendeu a cooperação com a organização, segundo pessoas familiarizadas com o assunto.

UCRÂNIA

Zelensky diz ter fechado acordo com Trump para reforçar defesa

MATHEUS ANDRADE/AE

O presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, conversou nesta sexta-feira, por telefone com o homólogo americano, Donald Trump, ocasião na qual discutiram a situação atual da guerra envolvendo a Rússia, incluindo os ataques aéreos russos e os

desenvolvimentos mais amplos na linha de frente.

Em uma postagem no X, o ucraniano disse que Trump "está muito bem informado", e agradeceu sua atenção à Ucrânia. "Conversamos sobre oportunidades em defesa aérea e concordamos que trabalharemos juntos para fortalecer a proteção de

nossos céus. Também concordamos com uma reunião entre nossas equipes", disse ainda Zelensky.

"Tivemos uma conversa detalhada sobre as capacidades da indústria de defesa e a produção conjunta. Estamos prontos para projetos diretos com os Estados Unidos e acreditamos que isso é

extremamente importante para a segurança, especialmente quando se trata de drones e tecnologias relacionadas", escreveu. "Também abordamos a aquisição e o investimento mútuos. Por fim, trocamos opiniões sobre a situação diplomática e o trabalho conjunto com os EUA e outros parceiros", concluiu o ucraniano. Na quinta-feira, Trump afirmou ter conversado "sobre várias coisas" com o presidente da Rússia, Vladimir Putin. O republicano informou que os dois falaram, entre outros tópicos, sobre o Irã e a guerra na Ucrânia.